



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO – CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

Meu bem, meu mal

Na psicologia social, há uma definição de comportamento conhecida como “licença moral”. É o consentimento que autoriza as pessoas que praticam uma boa ação a compensá-la com o avesso. Dito de outro modo: quando alguém está certo de ter feito o bem, com compaixão e generosidade, pode sentir-se liberado para fazer o mal, com posturas egoístas, preconceituosas, antiéticas e – que surpresa! – até corruptas. No mundo corporativo, em que se **aplaudem** as companhias que cultivam valores morais e éticos, com doações e responsabilidade social, os desvios costumam cair como baldes de água fria e decepção – e estão longe de representar uma raridade. “No Brasil, muitas das empresas que são investigadas em esquemas de corrupção têm o seu instituto e sua fundação com ações filantrópicas, mas ao mesmo tempo estão envolvidas em conluio setorial, cartel implícito ou formas de ganhar recursos de bancos públicos”, diz o professor Sérgio Lazzarini, colunista de VEJA.

Esse fenômeno acaba de receber amparo acadêmico. Um trabalho realizado pelos economistas John List e Fatemeh Momeni, da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, põe em xeque a tese da benevolência como uma postura inquebrantável. O estudo revela que trabalhar para uma empresa socialmente responsável pode motivar os empregados a agir de forma exatamente oposta em outras searas. Eles se tornam irresponsáveis, mais propensos a trapacear. Para os autores, o gesto de bondade deflagra uma espécie de crédito para praticar desvios em outros contextos.

Mas, afinal de contas, todas as pessoas que doam trapaceiam? É **atávico**? Não necessariamente. A construção psicológica que diz que, “se fiz um bem, posso então relaxar e fazer algo errado” não é aplicada a todos, de modo incondicional. Há regras morais claras, muitas vezes jogadas para debaixo do tapete, mas que nunca deixam de incomodar, silenciosamente. Diz a psicóloga e professora Denise Ramos: “Nenhum corrupto é inconsciente. A pessoa sempre sabe o que está fazendo”. O nó, descoberto pelos professores de Chicago, é que, numa brincadeira com o batido adágio, assim como não há mal que dure para sempre, também não há bem que se eternize. É uma pena. Mas é humano, demasiadamente humano.

(Natália Cuminale. *Veja*, 07.03.2018. Adaptado)

01. Com base nas informações do texto, é correto concluir que “licença moral” é

- (A) comportamento natural, que não tem limites nem exceções no âmbito da sociedade.
- (B) motivadora do bem em empregados de empresas que não adotam regras morais claras.
- (C) associada à prática do bem e é mecanismo consciente entre os que praticam a corrupção.
- (D) admitida no mundo corporativo, ainda que esporádica, de rara ocorrência.
- (E) postura inatacável, pois não fere princípios éticos de empresas socialmente responsáveis.

02. Há, no texto, menção a três especialistas que tratam do tema da “licença moral”. Esse recurso consiste em estratégia argumentativa que

- (A) reforça a confiabilidade das ideias apontadas pela autora, demonstrando que ela conhece o assunto abordado.
- (B) especifica o assunto, deixando claro ao leitor que a autora tem pontos de vista discordantes daqueles dos autores citados.
- (C) esclarece pontos controversos nas definições da autora, com ideias mais atuais do que as dela própria sobre o tema.
- (D) mostra que a autora domina pouco o assunto, já que ela apresenta ideias alheias não compatíveis com o tema.
- (E) acaba por desviar a atenção do leitor porque traz à tona informações descontextualizadas e sem comprovação.

03. A passagem do texto caracterizada pelo emprego de palavras expressando ideias de modo categórico, sem admitir possibilidade de exceções, é:

- (A) É o consentimento que autoriza as pessoas que praticam uma boa ação a compensá-la com o avesso.
- (B) “No Brasil, muitas das empresas que são investigadas em esquemas de corrupção têm o seu instituto e sua fundação com ações filantrópicas...”
- (C) ... quando alguém está certo de ter feito o bem, com compaixão e generosidade, pode sentir-se liberado para fazer o mal...
- (D) “Nenhum corrupto é inconsciente. A pessoa sempre sabe o que está fazendo”.
- (E) ... os desvios costumam cair como baldes de água fria e decepção – e estão longe de representar uma raridade.

04. As palavras **aplaudem** (1º parágrafo) e **atávico** (3º parágrafo) estão empregadas no contexto em sentido

- (A) figurado, respectivamente, de **apoiam** e de **fatalmente histórico**.
- (B) figurado, respectivamente, de **louvam** e de **naturalmente vinculado**.
- (C) figurado, respectivamente, de **elogiam** e de **realmente saudosista**.
- (D) próprio, respectivamente, de **conclamam** e de **claramente memorável**.
- (E) próprio, respectivamente, de **ovacionam** e de **decididamente herdado**.

05. Observe os termos destacados nas passagens – (I) “**se** fiz um bem, posso então relaxar e fazer algo errado”; (II) ... **assim como** não há mal que dure para sempre, **também** não há bem que se eternize.

É correto afirmar que esses termos estabelecem, nos contextos em que se encontram, as seguintes relações de sentido:

- (A) condição associada a tempo, em (I); contradição entre as ideias, em (II).
- (B) meio para realização de ação, em (I); associação entre ideias conflitantes em (II).
- (C) condição associada a uma conclusão em (I); adição entre as ideias, em (II).
- (D) simultaneidade entre eventos já ocorridos, em (I); comparação entre as ideias, em (II).
- (E) circunstância determinante de ação improvável, em (I); equiparação das ideias, em (II).

06. Assinale a alternativa na qual o termo que é um pronome e retoma a expressão destacada.

- (A) Há **regras morais claras**, muitas vezes jogadas para debaixo do tapete, mas que nunca deixam de incomodar, silenciosamente.
- (B) O nó, descoberto pelos **professores de Chicago** é que, numa brincadeira com o batido adágio...
- (C) ... com **posturas egoístas**, preconceituosas, antiéticas e – que surpresa! – até corruptas.
- (D) “**No Brasil**, muitas das empresas que são investigadas em esquemas de corrupção têm o seu instituto e sua fundação com ações filantrópicas...”
- (E) **O estudo** revela que trabalhar para uma empresa socialmente responsável pode motivar os empregados a agir de forma exatamente oposta em outras searas.

07. Assinale a alternativa na qual se apresentam, nos colchetes e respectivamente, um sinônimo e um antônimo da palavra destacada no trecho do texto.

- (A) ... pessoas que praticam uma boa ação compensá-la com o **avesso**. [oposto; diverso]
- (B) ... acaba de receber **amparo**... [aporte; sustento]
- (C) ... a tese da benevolência como uma postura **inquebrantável**. [inflexível; persistente]
- (D) ... não é aplicada a todos, de modo **incondicional**. [limitado; imperioso]
- (E) ... envolvidas em conluio setorial, cartel **implícito**... [inevidente; manifesto]

08. Observe o emprego de dois-pontos e do travessão duplo na seguinte passagem:

(I) Dito de outro modo: quando alguém está certo de ter feito o bem, com compaixão e generosidade, pode sentir-se liberado para fazer o mal, com posturas egoístas, preconceituosas, antiéticas e (II) – que surpresa! – até corruptas.

É correto afirmar que, com esses sinais de pontuação, a autora tem o objetivo de

- (A) em (I) introduzir uma informação nova no contexto; em (II) expressar antecipadamente a reação que o leitor terá diante do assunto tratado.
- (B) em (I e II) explicar uma passagem anterior obscura, levando o leitor a concordar com os pontos de vista dela.
- (C) em (I) apresentar uma nova versão para fato anteriormente relatado; em (II) expressar a possibilidade de seu ponto de vista chocar o leitor.
- (D) em (I) detalhar uma ideia anteriormente expressa; em (II) intercalar a expressão de uma reação pessoal diante do comportamento que comenta.
- (E) em (I e II) apontar a possibilidade de os fatos serem contraditórios, embora estejam associados pela ideia de corrupção.

09. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com princípios da norma-padrão.

- (A) A pessoa se vê obrigado a reagir a agressões inexplicáveis, que são muito comum nas redes sociais.
- (B) Em nossa sociedade, adotam-se certos valores, pouco ou nada morais, com atitudes que nos chocam.
- (C) Ainda se vende produtos contrabandeados a muitas pessoas incauta que o compra sem nota fiscal.
- (D) Diz-se que se tratam de empresas que disfarçam seus interesses próprio por trás da benemerência.
- (E) Cada um dos que se acha abandonado, como ela mesmo está, terá o amparo de que necessitam.

10. Assinale a alternativa redigida segundo a norma-padrão de colocação pronominal e de emprego do sinal de crase.

- (A) Se constatou que, no mundo corporativo, em que se aplaudem às companhias de boa prática ética, os desvios decepcionam à todas as pessoas.
- (B) Não ignora-se que, em algumas empresas, há práticas que levam às equipes de trabalho a comportar-se de modo eticamente condenável.
- (C) Constatou-se que muitos empregados de empresas praticantes de crimes reproduziram às práticas recrimináveis, tendo tornado-se corruptos.
- (D) Ainda encontram-se nas empresas funcionários que acham-se bem à vontade para aderir à algumas práticas ilegais.
- (E) Pode-se dizer que a “licença moral” é o consentimento tácito que permite às pessoas praticantes de boas ações chegar à prática de delitos.

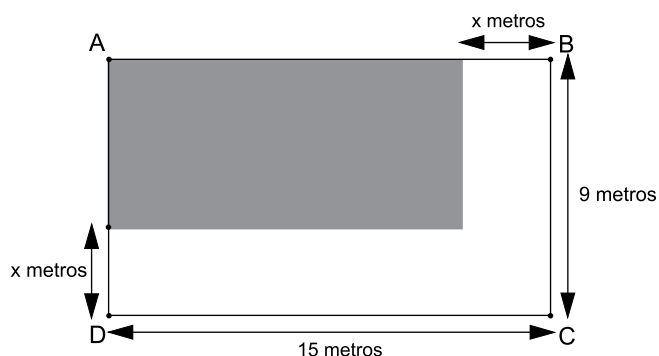
11. Em um grupo de 10 pessoas, duas têm 40 anos, quatro têm 21 anos, uma tem 25 anos e três têm a mesma idade. Sabendo-se que a média aritmética das idades dessas 10 pessoas é 22,5 anos, a soma das idades desconhecidas corresponde, da soma de todas as idades, a
- (A) 12%
 - (B) 14%
 - (C) 16%
 - (D) 18%
 - (E) 20%
12. Três atividades, A, B e C, são executadas respeitando sempre o mesmo intervalo de tempo, durante ou no final da semana. A cada dois dias, é executada a atividade A; a cada três dias, a atividade B; e a cada quatro dias, é executada a atividade C. Se, em uma mesma segunda-feira, as três atividades foram executadas, então é correto afirmar que a vez imediatamente anterior em que essas três atividades foram executadas em um mesmo dia foi
- (A) uma terça-feira.
 - (B) uma quarta-feira.
 - (C) uma quinta-feira.
 - (D) uma sexta-feira.
 - (E) um sábado.
13. Uma determinada máquina fabrica 24 unidades de um determinado produto em uma hora e meia de funcionamento ininterrupto. Três máquinas idênticas à anterior, trabalhando juntas, nas mesmas condições de funcionamento, fabricarão 100 unidades desse mesmo produto em
- (A) 1 hora e 12 minutos.
 - (B) 1 hora e 34 minutos.
 - (C) 1 hora e 50 minutos.
 - (D) 2 horas e 05 minutos.
 - (E) 2 horas e 17 minutos.
14. Pedro e João montaram uma sociedade com um capital total de R\$ 18.000,00. Sabendo-se que a razão entre o investimento feito por Pedro e o investimento feito por João para compor o referido capital é $\frac{5}{7}$, então a diferença entre os valores investidos por João e Pedro é de
- (A) R\$ 3.700,00.
 - (B) R\$ 3.600,00.
 - (C) R\$ 3.400,00.
 - (D) R\$ 3.200,00.
 - (E) R\$ 3.000,00.

15. Na tabela a seguir, constam informações sobre o número de filhos dos 25 funcionários de uma pequena empresa.

Nº de filhos	Nº de funcionários		Total
	Homens	Mulheres	
0	2	3	5
1	3	4	7
2	2	3	5
3	1	2	3
Mais de 3	3	2	5
Total	11	14	25

Com base nas informações contidas na tabela, assinale a alternativa contendo uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) O número de filhos da população de homens pesquisada é igual a 22.
- (B) A população de homens pesquisada tem menos filhos que a população de mulheres.
- (C) O número de filhos da população de mulheres pesquisada é maior ou igual a 24.
- (D) A população de homens pesquisada tem mais filhos que a população de mulheres.
- (E) O número de filhos da população pesquisada é igual a 46.
16. A figura retangular ABCD é a planta de um pequeno terreno, em que a região sombreada corresponde à área construída.



Sabendo-se que a região sombreada, também retangular, tem área de 72 m^2 , o seu perímetro, em metros, corresponde, do perímetro total do terreno, a

- (A) 0,80.
- (B) 0,75.
- (C) 0,70.
- (D) 0,65.
- (E) 0,60.

17. A proposição – Se João é contador, então ele é inteligente – tem como uma equivalente a proposição
- (A) João não é inteligente e não é contador.
 - (B) João é contador e é inteligente.
 - (C) Se João é inteligente, então ele é contador.
 - (D) Se João não é inteligente, então ele não é contador.
 - (E) João é inteligente ou é contador.
18. Se Júlio é guarda municipal ou Célio é contador, então Sérgio é administrador. Se Taís é aeromoça, então Vitor não é físico e Ana não é professora. Constata-se que Taís é aeromoça e que Sérgio não é administrador. Logo, é verdade que
- (A) Vitor não é físico e Célio não é contador.
 - (B) Vitor é físico e Júlio é guarda municipal.
 - (C) Célio não é contador e Ana é professora.
 - (D) Célio é contador e Júlio não é guarda municipal.
 - (E) Ana não é professora e Vitor é físico.
19. Em um concurso para determinado cargo, todos os candidatos cursaram normalmente seus estudos. Sabe-se que somente 300 inscritos tinham o ensino superior completo, somente 100 inscritos tinham cursado apenas o ensino fundamental completo, e o número de inscritos com o ensino médio completo corresponde a $\frac{15}{16}$ do número total de inscritos. Sendo assim, o número de candidatos inscritos que têm apenas o ensino médio completo é igual a
- (A) 800.
 - (B) 900.
 - (C) 1000.
 - (D) 1100.
 - (E) 1200.
20. Na sequência numérica (1, 1, 2, 8, 64, 1024, ...), a soma do sétimo elemento com a sua metade é igual a
- (A) 49152.
 - (B) 49268.
 - (C) 49340.
 - (D) 50476.
 - (E) 50526.

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Segundo o previsto na Constituição Federal de 1988, no Regime de Previdência Próprio dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, será concedida ao servidor aposentadoria
- (A) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, entre outras condições.
 - (B) voluntariamente, com proventos proporcionais, aos 60 (sessenta) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, entre outras condições.
 - (C) voluntariamente, com proventos integrais, aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, desde que o ingresso no serviço público tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1998, entre outras condições.
 - (D) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
 - (E) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos com proventos integrais, na forma de lei complementar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

22. No regime jurídico do direito administrativo brasileiro, o indivíduo só pode exercer de forma legítima algumas atividades se obtiver o necessário ato administrativo de licença. Por meio da licença, o Poder Público exerce seu poder de polícia fiscalizatório, verificando, em cada caso, se existem, ou não, óbices legais ou administrativos para o desempenho da atividade reivindicada. Se o interessado preenche os requisitos legais para a concessão da licença, tem direito a obtê-la, e, se houver denegação, será admissível até mesmo mandado de segurança para superar o abuso, pois o ato administrativo de licença é um ato
- (A) discricionário.
 - (B) autoexecutável.
 - (C) presumidamente legítimo.
 - (D) imperativo.
 - (E) vinculado.

23. A fiscalização do Município de São José dos Campos será exercida

- (A) pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, ou, quando ele não existir, do Tribunal de Contas da União.
- (B) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (C) pelo Poder Legislativo Municipal, que emite parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, que serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (D) pela população, pois as contas do Município ficarão, durante 180 (cento e oitenta) dias, anualmente, disponíveis para que qualquer pessoa possa examiná-las e questionar sua validade.
- (E) pela população, pelo exame direto das contas, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua disponibilização pelo Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

24. Segundo a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, compete à Câmara Municipal, privativamente, ou seja, sem a necessidade de sanção do Prefeito Municipal,
- (A) dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos e subdistritos, após prévia consulta plebiscitária.
 - (B) deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento.
 - (C) criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que requerido por, pelo menos, um terço de seus membros.
 - (D) delimitar o perímetro urbano e autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos.
 - (E) votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.

25. Considere a seguinte situação hipotética: determinado agente público efetivo da Câmara Municipal de São José dos Campos é gerente de uma empresa privada que presta serviços de *buffet* para festas infantis. A empresa não é fornecedora do Município, e o agente público se dedica à referida empresa, da qual também é sócio, fora do horário de trabalho.
- É correto afirmar que a conduta do agente referido, nos termos do Estatuto dos Servidores Municipais de São José dos Campos,
- (A) configura infração disciplinar punível com demissão.
 - (B) configura infração disciplinar punível com suspensão.
 - (C) configura infração disciplinar punível com advertência.
 - (D) configura infração disciplinar punível com multa.
 - (E) não configura infração disciplinar.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Considerando o Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica corretamente a extensão de arquivos que executam comandos, tais como copiar e apagar arquivos, com um simples duplo clique com o botão principal do *mouse* sobre eles.
- (A) .bmp
 - (B) .txt
 - (C) .pdf
 - (D) .rtf
 - (E) .bat
27. Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração original.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Lote	Conta	Filial	Descrição	Valor			Lote	Total
2	100	DRE_3.1	1	PROVISÃO MARÇO/2018	900			100	
3	100	DRE_3.1	2	PROVISÃO MARÇO/2018	550			101	
4	100	DRE_3.1	3	PROVISÃO MARÇO/2018	900				
5	100	DRE_3.1	4	PROVISÃO MARÇO/2018	500				
6	100	DRE_3.1	5	PROVISÃO MARÇO/2018	80				
7	100	DRE_3.1	6	PROVISÃO MARÇO/2018	50				
8	100	DRE_3.1	7	PROVISÃO MARÇO/2018	520				
9	100	BAL_CONTAS_REC_1.1.02	1	PROVISÃO MARÇO/2018	-3500				
10	101	DRE_3.1	1	PROVISÃO FEVEREIRO/2018	700				
11	101	DRE_3.1	2	PROVISÃO FEVEREIRO/2018	1200				
12	101	DRE_3.1	4	PROVISÃO FEVEREIRO/2018	100				
13	101	BAL_CONTAS_REC_1.1.02	1	PROVISÃO FEVEREIRO/2018	-2000				
14									

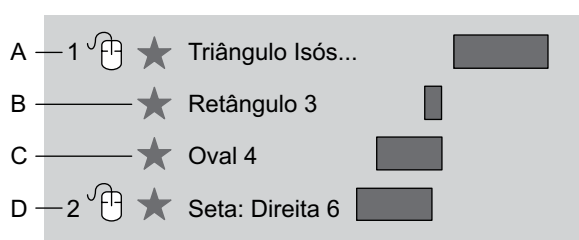
A fórmula a ser inserida na célula I1, e que pode ser copiada para a célula I2, para somar os lançamentos por lote, é

- (A) =SOMASE(A:A;H2;E:E)
- (B) =SOMA(E:E)
- (C) =SOMA(E:E; "Lote=100")
- (D) =SOMA(E:E; "Lote=" & H2)
- (E) =SOMAFILTRO(A:A;E:E)

28. No Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, a célula A1 contém o valor 80. Assinale a alternativa que indica o resultado correto da função =TEXTO(A1; "0000"), inserida na célula B1.

- (A) 0,080
- (B) 80,00
- (C) 0080
- (D) 000080
- (E) 8000

29. No primeiro slide de uma apresentação criada no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração original, um usuário configurou a seguinte animação, observada a partir do Painel de Animação.



Ao iniciar o modo de apresentação, pressionando a tecla F5, assinale a alternativa que indica qual(is) será(ão) a(s) primeira(s) forma(s) que será(ão) exibida(s) após um clique no botão principal do *mouse*.

- (A) A.
- (B) C.
- (C) A e D.
- (D) D.
- (E) Todas as formas serão exibidas ao mesmo tempo.

30. Ricardo Silva (e-mail ricardo.silva@empresa.com.br) recebeu uma mensagem de correio eletrônico com as seguintes características:

De: joao@empresa.com.br

Para: ricardo.souza@empresa.com.br;
rafaela@empresa.com.br

Cc: pedro@empresa.com.br

Assunto: Importante! Tarefas pendentes

Ele observou que seu e-mail não estava na lista de destinatários, no campo Para, tampouco no campo Cc. No campo Para, havia apenas um Ricardo Souza (e-mail ricardo.souza@empresa.com.br). Ricardo Silva recebeu a mensagem porque

- (A) houve um erro no programa de correio eletrônico, que não considerou o ponto no endereço ricardo.souza@empresa.com.br e enviou a mensagem para todos aqueles que começam com "ricardo".
- (B) seu endereço de correio eletrônico estava no campo Cco.
- (C) o usuário ricardo.souza@empresa.com.br encaminhou-lhe a mensagem.
- (D) seu endereço de correio eletrônico estava no corpo da mensagem e, por isso, o programa de correio eletrônico assumiu que ele deveria receber a mensagem.
- (E) ele configurou uma regra em seu programa de correio eletrônico, segundo a qual ele receberá todas as mensagens com o trecho "importante" no assunto, independentemente de quem for o remetente e os destinatários.

31. Determinada empresa industrial possuía, em 31.12.2017, os seguintes saldos contábeis:

- Estoque de Produtos Acabados R\$ 50.000,00
- ICMS a recuperar R\$ 12.000,00

Em 10.01.2018, essa empresa vendeu todos os produtos acabados em estoque pelo valor total de R\$ 220.000,00, à vista. Adicionalmente, a empresa pagou R\$ 5.000,00 de frete para que os produtos fossem entregues ao cliente e R\$ 3.000,00 de comissão para os seus vendedores. Considere que a empresa é contribuinte apenas de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados e ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, já inclusos no valor de venda (IPI de 10% e ICMS de 18%).

Com base nessas informações, é correto afirmar que a empresa apurou

- (A) Lucro Bruto de R\$ 106.000,00.
- (B) Receita Líquida de R\$ 162.360,00.
- (C) Lucro Bruto de R\$ 114.000,00.
- (D) ICMS a pagar de R\$ 35.640,00.
- (E) Receita Líquida de R\$ 158.400,00.

32. A tabela a seguir apresenta informações que foram obtidas das demonstrações contábeis da Cia. Floresta e da Cia. Matão publicadas em 31.12.2017.

Variável	Cia. Floresta	Cia. Matão
Índice de liquidez corrente	1,5	2,0
Ativo não Circulante	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00
Passivo não Circulante	R\$ 500.000,00	R\$ 400.000,00
Total do Ativo	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	20%	20%

As duas empresas iniciaram as suas atividades em 01.01.2017, e, além da integralização do capital social nessa mesma data, não ocorreram transações que afetaram o Patrimônio Líquido e não transitaram pelo resultado do período. Com base nessas informações, a Cia.

- (A) Floresta possuía R\$ 1,50 para cada R\$ 1,00 de dívida total.
- (B) Matão apresentou maior passivo circulante em 31.12.2017 que a Cia. Floresta.
- (C) Floresta apresentou maior patrimônio líquido em 31.12.2017 que a Cia. Matão.
- (D) Matão apresentou um montante maior de recursos de terceiros que o da Cia. Floresta.
- (E) Matão teve um lucro líquido em 2017 maior que o da Cia. Floresta.

33. Ao analisar o Balanço Patrimonial de 31.12.2017 da Cia. Esquilo, foram obtidos os seguintes indicadores:

- Liquidez corrente: 2,0;
- Composição do endividamento: 40%;
- Participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais à disposição da empresa: 60%.

Sabendo que o ativo circulante da Cia. Esquilo em 31.12.2017 era de R\$ 720.000,00, o seu Patrimônio Líquido na mesma data era de

- (A) R\$ 400.000,00.
- (B) R\$ 600.000,00.
- (C) R\$ 900.000,00.
- (D) R\$ 1.000.000,00.
- (E) R\$ 1.500.000,00.

34. Um equipamento foi adquirido por uma empresa em 30.06.2014. A empresa pagou R\$ 2.000.000,00 à vista, definiu sua vida útil em 8 anos e estimou o valor residual do equipamento em R\$ 240.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação. Em 31.12.2017, a empresa vendeu o equipamento por R\$ 1.050.000,00, à vista. Assim, o resultado apurado na venda, que foi evidenciado na Demonstração do Resultado de 2017, foi um

- (A) prejuízo no valor de R\$ 180.000,00.
- (B) lucro no valor de R\$ 60.000,00.
- (C) lucro no valor de R\$ 1.050.000,00.
- (D) prejuízo no valor de R\$ 70.000,00.
- (E) lucro no valor de R\$ 170.000,00.

35. Uma determinada empresa industrial, que produz um único produto, incorreu nos seguintes custos e despesas durante o mês de dezembro de 2017:

Custos fixos: R\$ 30.000,00

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 12,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 9,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 10.000,00

Despesas variáveis: R\$ 4,00/unidade

Informações adicionais:

Preço de venda: R\$ 200,00/unidade

Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Quantidade produzida: 2 000 unidades

Quantidade vendida: 1 500 unidades

Sabendo que essa empresa utiliza o Método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi de

- (A) R\$ 12,00.
- (B) R\$ 21,00.
- (C) R\$ 36,00.
- (D) R\$ 40,00.
- (E) R\$ 41,00.

36. A Cia. Ciclista apresentava em 31.12.2017 as seguintes participações societárias:

Empresa	Critério de Avaliação	Percentual de Participação no Capital Total da Investida	Resultado da Investida em 2017 (R\$)	Dividendos Propostos e Distribuídos em 31.12.2017 (R\$)
Rodas	Equivalência Patrimonial	30%	(300.000,00)	-
Aros	Equivalência Patrimonial	70%	600.000,00	150.000,00
Correntes	Método do Custo	10%	200.000,00	50.000,00

Sabendo que não existiam resultados não realizados entre a Cia. Ciclista e suas investidas, o impacto total reconhecido no resultado de 2017 da Cia. Ciclista, referente a essas participações societárias em conjunto, foi de

- (A) R\$ 440.000,00.
- (B) R\$ 420.000,00.
- (C) R\$ 350.000,00.
- (D) R\$ 335.000,00.
- (E) R\$ 330.000,00.

37. A empresa Aviões S.A. obteve, em 31.12.2017, um empréstimo para financiar seu capital de giro. O valor do empréstimo obtido foi de R\$ 2.000.000,00, para pagamento integral (principal e juros) em 31.12.2022, com taxa de juros compostos de 5% ao ano. Os custos incorridos e pagos para a obtenção desse empréstimo foram de R\$ 93.000,00. Sabendo-se que esse empréstimo é mensurado pelo custo amortizado, ao reconhecer o empréstimo obtido em seu Balanço Patrimonial, em 31.12.2017, a empresa Aviões S.A. aumentou o

- (A) passivo total em R\$ 1.907.000,00.
- (B) ativo total em R\$ 2.000.000,00.
- (C) passivo total em R\$ 2.093.000,00.
- (D) passivo total em R\$ 2.000.000,00 e reduziu o resultado de 2017 em R\$ 93.000,00.
- (E) ativo total em R\$ 1.907.000,00 e reduziu o resultado de 2017 em R\$ 93.000,00.

38. Uma determinada empresa realizou, em 31.01.2018, uma venda no valor total de R\$ 2.000.000,00 nas seguintes condições:

- R\$ 800.000,00 foram recebidos à vista;
- O saldo remanescente seria recebido em 31.01.2020.

Se a venda tivesse sido realizada totalmente à vista, o seu valor total seria de R\$ 1.800.000,00. Com base nessas informações e de acordo com as normas contábeis vigentes, a empresa reconheceu, no momento da venda,

- (A) receita de vendas de R\$ 2.000.000,00.
- (B) receita de vendas de R\$ 1.800.000,00.
- (C) receita de vendas de R\$ 800.000,00.
- (D) despesa financeira de R\$ 200.000,00.
- (E) receita financeira de R\$ 200.000,00.

R A S C U N H O

39. A Cia. Indústria Pesada adquiriu, em 31.12.2015, uma marca por R\$ 900.000,00, à vista. Na data de aquisição, a vida útil econômica estimada da marca era de 20 anos e o valor residual era R\$ 60.000,00. Em 31.12.2016, a empresa reavaliou a vida útil da marca e determinou, nessa data, que a vida útil remanescente era 15 anos e o valor residual era R\$ 33.000,00. Sabendo que a Cia. Indústria Pesada utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de amortização, o valor contábil da marca evidenciado no Balanço Patrimonial de 31.12.2017 foi de

- (A) R\$ 791.625,00.
- (B) R\$ 784.400,00.
- (C) R\$ 803.000,00.
- (D) R\$ 714.000,00.
- (E) R\$ 756.000,00.

40. A Cia. Ventos Novos, antes de elaborar suas demonstrações contábeis, apresentava, em 31.12.2017, em seu Balancete de Verificação, as seguintes contas e seus respectivos saldos:

Depósitos bancários	R\$ 230.000,00	Duplicatas a receber de clientes	R\$ 110.000,00
Direitos autorais	R\$ 80.000,00	Capital social	R\$ 150.000,00
Empréstimos obtidos	R\$ 120.000,00	Reserva legal	R\$ 15.000,00
Salários a pagar	R\$ 25.000,00	Adiantamento a fornecedores	R\$ 15.000,00
Máquinas	R\$ 225.000,00	Depreciação acumulada	R\$ 50.000,00
Receita de vendas	R\$ 600.000,00	Despesas pagas antecipadamente	R\$ 30.000,00
Despesa de depreciação	R\$ 25.000,00	IR e CSLL a pagar	R\$ 40.000,00
Despesa com salários	R\$ 20.000,00	Custo das mercadorias vendidas	R\$ 240.000,00
Despesa com fretes	R\$ 10.000,00	Reserva estatutária	R\$ 10.000,00
Ações em tesouraria	R\$ 15.000,00	Despesa de IR e CSLL	R\$ 40.000,00
Adiantamento de clientes	R\$ 45.000,00	Reserva de incentivos fiscais	R\$ 25.000,00
Ajuste de avaliação patrimonial (saldo devedor)	R\$ 5.000,00	Despesas administrativas	R\$ 35.000,00

Com base nessas informações, o total do Patrimônio Líquido da Cia. Novos Ventos, apresentado em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2017, foi de

- (A) R\$ 180.000,00.
- (B) R\$ 440.000,00.
- (C) R\$ 210.000,00.
- (D) R\$ 415.000,00.
- (E) R\$ 410.000,00.

R A S C U N H O

41. São princípios utilizados para a elaboração do Orçamento Público:
- (A) unidade, relevância e representação fidedigna.
 - (B) unidade, universalidade e anualidade.
 - (C) legalidade, exclusividade e relevância.
 - (D) legalidade, competência e orçamento bruto.
 - (E) legalidade, exclusividade e prudência.
42. A execução orçamentária é a fase do ciclo orçamentário em que se executa(m)
- (A) a consolidação das propostas orçamentárias, considerando as emendas realizadas pelos Poderes.
 - (B) a proposta contábil-gerencial, considerando a previsão de arrecadação de receitas e a programação de despesas.
 - (C) os programas contemplados no planejamento, mediante ações que possibilitam atingir diretrizes, objetivos e metas estabelecidos.
 - (D) a revisão e a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária (LOA) e de outros planos.
 - (E) as várias etapas do orçamento que dependem de auxílio e autorização do Tribunal de Contas.
43. Entre as normas e os princípios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra(m)-se:
- (A) limite de gasto com pessoal terceirizado e com consultoria para a União e para os três Poderes.
 - (B) limite para o gasto público com base na receita primária bruta.
 - (C) definição de metas fiscais anuais.
 - (D) mecanismos de controle das finanças públicas em ano de eleições para Conselhos Profissionais.
 - (E) mecanismos de restrição de execução de receitas com prazo superior a um ano.
44. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que
- (A) transferência voluntária é a entrega de recursos correntes a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de transferência por determinação constitucional, legal ou destinada à Educação.
 - (B) é permitida a utilização dos recursos oriundos de transferências voluntárias com finalidade diversa da pactuada desde que fundamentada em infortúnios e calamidade pública.
 - (C) para que um beneficiário receba recursos oriundos de transferências voluntárias, ele deve comprovar que está em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos a instituições financeiras de qualquer ente federado.
 - (D) para receber recursos oriundos de transferências voluntárias, o beneficiário deve demonstrar que cumpre os limites constitucionais relativos à saúde e à educação.
 - (E) para fins de recebimento de recursos oriundos de transferências voluntárias, não há necessidade de que o beneficiário de direito público atenda aos limites com despesa total de pessoal.
45. Segundo o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a transparência da gestão fiscal será assegurada
- (A) pelo incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
 - (B) pela disponibilização de dados e informações contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistemas estabelecidos pelo órgão de contabilidade de cada ente federado, divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
 - (C) pela adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Legislativo do ente.
 - (D) pelo controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União em todos os Poderes e esferas de governo.
 - (E) pelo acesso à informação relacionada às receitas e despesas, exceto às receitas e despesas referentes a recursos extraordinários.

46. Considere os dados a seguir, referentes ao último exercício financeiro de um estado da Federação.

Receitas Arrecadadas:	(em milhares de reais)
Receita de impostos e taxas	10 500
Receita de contribuições	8 000
Outras receitas correntes	1 250
Exploração imobiliária de patrimônio do ente estadual	800
Receita de serviços recreativos e culturais	30
Alienação de bens imóveis	100

No último exercício financeiro, o estado fez transferências previstas constitucionalmente aos municípios no valor de 350 mil reais e verificou que a contribuição arrecadada dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social foi de 500 mil reais.

Considerando que não houve outras transações, com base nos dados, a Receita Corrente Líquida do estado no último exercício financeiro totalizou, em milhares de reais,

- (A) 20680.
- (B) 20330.
- (C) 20230.
- (D) 19830.
- (E) 19730.

47. Assinale a alternativa que exemplifica uma receita de capital.

- (A) Receita decorrente das atividades de extração mineral.
- (B) Ganhos com atividades ligadas à indústria de transformação, tais como editorial e gráfica.
- (C) Ganhos com alienação de bens imóveis comerciais.
- (D) Receita proveniente de locação ou taxa de ocupação de imóveis.
- (E) Receita decorrente de ônus de sucumbência de ações judiciais.

48. O servidor público de uma prefeitura precisou realizar cópia das chaves da porta principal da Secretaria de Educação do seu Município. Considerando o caráter eventual, o pequeno valor da despesa e a exigência de pronto pagamento, a execução da despesa pelo servidor foi possível por meio de

- (A) suprimimento de fundos.
- (B) despesas gerais de exercícios anteriores.
- (C) créditos extraordinários suplementares.
- (D) indenizações extraordinárias.
- (E) créditos especiais suplementares.

49. A auditoria independente

- (A) observa as normas escritas por especialistas internos da entidade auditada, que são considerados parte da equipe de trabalho.
- (B) aumenta a credibilidade das demonstrações contábeis.
- (C) atua conforme as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade auditada.
- (D) atua em conjunto com a administração da entidade para o cumprimento dos seus objetivos, garantindo a sua viabilidade futura.
- (E) implementa os controles internos necessários pelo fato de ser um trabalho contínuo.

50. Em relação à auditoria independente, é correto afirmar que

- (A) a abstenção de opinião é dada quando o auditor obtém evidências apropriadas e suficientes de distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis.
- (B) a opinião sem ressalva é dada quando o auditor, tendo obtido evidências apropriadas e suficientes, conclui que distorções não detectadas podem ser relevantes, mas não generalizáveis.
- (C) a opinião com ressalva é expressa pelo auditor quando evidências apropriadas e suficientes suportam que as distorções, quando relevantes, não são generalizadas nas demonstrações contábeis.
- (D) a opinião adversa se dá quando o auditor não consegue ter evidências apropriadas e suficientes para suportar sua opinião.
- (E) o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis deve especificar que a responsabilidade do auditor é expressar opinião sobre possíveis fraudes e desvios.

51. Em março de 2018, observando as metas estabelecidas no Plano Plurianual, um determinado gestor municipal decidiu construir um hospital, cujo valor estimado da obra era R\$ 1.760.000,00. Com o intuito de atender às determinações da Lei nº 8.666/1993, foi elaborado um documento, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurava a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, o que possibilitou a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Assim, tal documento era referente, de acordo com a Lei nº 8.666/1993,

- (A) ao projeto básico.
- (B) ao projeto executivo.
- (C) ao termo técnico.
- (D) ao termo de referência.
- (E) à execução das obras e serviços.

- 52.** Em 21 de fevereiro de 2018, um determinado ente municipal efetuou a publicação de aviso, em diário oficial do respectivo ente federado, para a convocação dos interessados em participar do processo licitatório de serviço considerado comum, qual seja, a pintura das paredes do edifício-sede da prefeitura municipal. De acordo com as determinações da Lei nº 10.520/2002, a publicação efetuada em 21 de fevereiro de 2018 faz parte da fase
- (A) externa da modalidade de licitação denominada convite.
 - (B) externa da modalidade de licitação denominada pregão.
 - (C) externa da modalidade de licitação denominada tomada de preços.
 - (D) preparatória da modalidade de licitação denominada convite.
 - (E) preparatória da modalidade de licitação denominada pregão.
- 53.** Em janeiro de 2017, o ordenador de despesas de um determinado ente municipal empenhou despesa no valor de R\$ 24.000,00 referente ao aluguel de um imóvel, cuja vigência do contrato era de 12 meses e cujo pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 2.000,00. No momento da emissão do empenho, o ordenador de despesas extraiu um documento em que constavam o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. Desse modo, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o empenho emitido em janeiro de 2017 refere-se à modalidade de empenho
- (A) global, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - (B) ordinário, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - (C) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - (D) global, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.
 - (E) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.
- 54.** Um ente público empenhou despesa, em janeiro de 2018, de R\$ 950.000,00 referentes a "Subvenções Sociais" e de R\$ 780.000,00 referentes a "Subvenções Econômicas". De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, as despesas empenhadas pelo ente público, em janeiro de 2018, devem ser classificadas, respectivamente, como Despesas
- (A) de Capital – Transferências de Capital e Despesas de Capital – Inversões Financeiras.
 - (B) de Capital – Transferências de Capital e Despesas Correntes – Transferências Correntes.
 - (C) Correntes – Transferências Correntes e Despesas Correntes – Transferências Correntes.
 - (D) Correntes – Transferências Correntes e Despesas de Capital – Transferências de Capital.
 - (E) Correntes – Despesas de Custeio e Despesas de Capital – Inversões Financeiras.
- 55.** Em fevereiro de 2018, o gestor municipal constatou que seria necessária a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 850.000,00 para custear despesa urgente e imprevista em decorrência de calamidade pública causada por chuvas torrenciais. Assim, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional utilizado pelo gestor municipal foi
- (A) autorizado por lei e, em seguida, aberto por decreto do Poder Executivo.
 - (B) autorizado por lei e, em seguida, aberto por decreto do Poder Legislativo.
 - (C) autorizado por decreto do Poder Executivo e aberto por lei do Poder Legislativo.
 - (D) aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
 - (E) aberto por decreto do Poder Legislativo, que dele deu imediato conhecimento ao Poder Executivo.
- 56.** Em 26 de dezembro de 2017, um determinado ente municipal recebeu um veículo escolar adquirido por meio de empenho emitido em 1º de dezembro de 2017 no valor de R\$ 42.000,00. Na data da entrega do veículo escolar pelo fornecedor, a despesa foi liquidada, pelo valor total da despesa empenhada, e o pagamento será efetuado, pelo valor total da despesa liquidada, em 31 de agosto de 2018, conforme condições contratuais. Em decorrência dessa transação e de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, em 31 de dezembro de 2017, o ente público inscreveu o valor de R\$ 42.000,00 em Restos a Pagar
- (A) não Processados, sendo que o valor a pagar corresponde a uma dívida fluante.
 - (B) não Processados, sendo que o valor a pagar corresponde a uma dívida fundada.
 - (C) não Processados, sendo que o valor a pagar corresponde a uma dívida consolidada.
 - (D) Processados, sendo que o valor a pagar corresponde a uma dívida fluante.
 - (E) Processados, sendo que o valor a pagar corresponde a uma dívida fundada.

57. As seguintes informações sobre as receitas orçamentárias arrecadadas de um determinado ente municipal, referentes ao exercício financeiro de 2017, foram extraídas do seu sistema de contabilidade.

– Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 10.500.000,00
– Transferências Correntes	R\$ 5.000.000,00
– Outras Receitas Correntes	R\$ 1.500.000,00
– Transferências de Capital	R\$ 1.300.000,00
– Receita de Serviços	R\$ 1.100.000,00
– Contribuições	R\$ 900.000,00
– Alienação de Bens	R\$ 700.000,00
– Outras Receitas de Capital	R\$ 500.000,00

Informações adicionais referentes ao exercício financeiro de 2017:

- Contribuição dos servidores municipais para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social: R\$ 200.000,00;
- Não houve receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988;
- Não houve valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 e do fundo previsto pelo artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Não havia Tribunal de Contas do Município.

Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo do município, no exercício financeiro de 2017, não poderia ter ultrapassado os limites, respectivamente, em R\$, de

- (A) 11.502.000,00 e 1.278.000,00.
- (B) 10.152.000,00 e 1.128.000,00.
- (C) 10.260.000,00 e 1.140.000,00.
- (D) 9.212.000,00 e 2.068.000,00.
- (E) 9.310.000,00 e 2.090.000,00.

58. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal será apurada somando-se a despesa

- (A) realizada no mês em referência com as dos doze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, sendo que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada semestre.
- (B) realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, sendo que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada quadrimestre.
- (C) realizada no mês em referência com as dos doze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa, sendo que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada quadrimestre.
- (D) paga no mês em referência com as dos doze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa, sendo que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada quadrimestre.
- (E) paga no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, sendo que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada semestre.

59. Em janeiro de 2018, um determinado ente público contraiu as seguintes dívidas:

- Captação de R\$ 850.000,00 decorrentes da contratação de operação de crédito com uma instituição financeira para a aquisição de um bem, com vencimento em janeiro de 2021;
- Captação de R\$ 300.000,00 decorrentes de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Assim, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, as dívidas públicas contraídas pelo ente público em janeiro de 2018 são classificadas, respectivamente, como

- (A) fundada e flutuante.
- (B) flutuante e consolidada.
- (C) fundada e fundada.
- (D) mobiliária e flutuante.
- (E) mobiliária e consolidada.

60. Com a finalidade de atender a insuficiência de caixa durante o exercício financeiro de 2017, um ente municipal contratou operação de crédito por antecipação de receita orçamentária. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação pôde ser realizada somente a partir do
- (A) primeiro dia do exercício financeiro de 2017 e liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de 2017.
 - (B) décimo dia do exercício financeiro de 2017 e liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de 2017.
 - (C) primeiro dia do exercício financeiro de 2017 e liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 20 de dezembro de 2017.
 - (D) vigésimo dia do exercício financeiro de 2017 e liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 20 de dezembro de 2017.
 - (E) décimo dia do exercício financeiro de 2017 e liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de 2017.

